



FCT FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

 **FUNDO DE COMPENSAÇÃO**
DO TRABALHO

Instituto de Gestão de Fundos 

RELATÓRIO E CONTAS 2018



FCT FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

RELATÓRIO E CONTAS 2018



SEGURANÇA SOCIAL

Instituto de Gestão de Fundos 

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto
Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: igfcss@seg-social.pt



DESTAQUE 4

NÚMEROS CHAVE 8

APRESENTAÇÃO DO FCT 10

EVOLUÇÃO DO FCT 12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 17

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 21

Contas e Relatório de Gestão Aprovados
pelo Conselho de Gestão do FCT em
27.03.2019.

Manuel Pedro Baçanha

Destaque

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do Fundo de Compensação do Trabalho ascendia a 255 553 629,69€, registando um crescimento próximo dos 50% face a 2017 (172 643 229,21€). O valor da unidade de participação do FCT era, em 31.12.2018, de 1,06667€, contrastando com 1,05195€ no final de 2017, a que corresponde uma rentabilidade de 1,40%.

Durante o ano de 2018 o montante das contribuições recebidas ascendeu a 117,7 milhões de euros e os reembolsos totalizaram 38,3 milhões de euros. Ocorreu uma transferência de 3 742 049,63€ do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, nos termos da alínea d) do artigo 28º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto.

Os Mercados Financeiros em 2018

O contexto de crescimento económico forte e sincronizado que caracterizou o ano de 2017 foi sendo posto em causa ao longo de 2018, sobretudo no segundo semestre do ano. Os indicadores económicos revelaram surpresas negativas na generalidade dos países e blocos geográficos desenvolvidos e emergentes, nomeadamente na Zona Euro, no Japão e na China, denunciando o impacto dos focos de perturbação que surgiram ou se intensificaram ao longo do ano, como o *Brexit* e o clima de 'guerra' comercial com, inclusive, imposição de tarifas.

Os EUA foram uma exceção a este movimento de desaceleração, com a economia norte-americana a manter um ritmo de crescimento mais dinâmico, suportado pelo plano de corte de impostos a famílias e empresas, implementado no início de 2018. Os resultados das empresas foram igualmente beneficiados em larga escala, com os lucros anuais das constituintes do índice S&P500 a registarem níveis médios de crescimento em torno dos 20%.

Apesar da desaceleração observada no ano, o ritmo de geração de emprego manteve-se, com as taxas de desemprego a registarem, em 2018, níveis historicamente baixos. Os salários dos trabalhadores foram apresentando alguma melhoria em resultado desse efeito, sem, no entanto, ameaçarem os referenciais de inflação dos bancos centrais das economias desenvolvidas. Nesse contexto, os índices gerais de inflação mantiveram a tendência de ligeira subida, pelo 3º ano consecutivo, tendo registado, em vários casos, níveis homólogos acima do patamar de 2%, mas sem pressionar agressivamente as expectativas futuras de inflação. Em sintonia, as políticas monetárias foram mantendo, de forma controlada, a perspetiva de normalização, após anos de extrema cedência de liquidez. A Reserva Federal norte americana, incentivada por fortes indicadores económicos domésticos, concretizou as esperadas 4 subidas trimestrais na taxa de juro de referência, que atingiu o patamar de 2,5% (limite superior da banda de referência), num caminho que se iniciou no final de 2015. Os restantes bancos centrais, confrontados com um contexto económico menos dinâmico e mais incerto, mantiveram um perfil mais conservador. O Banco de Inglaterra, condicionado pela indefinição relac-

onada com o *Brexit*, efetivou apenas 1 subida na sua taxa de referência, enquanto o Banco Central Europeu deu por terminada a sua operação de compra de ativos (mantendo o reinvestimento das amortizações), deixando apenas a perspectiva de uma subida de taxas em meados/fim de 2019, estimativa essa que foi sendo adiada ao longo do segundo semestre, à medida que o contexto económico e financeiro se foi deteriorando.

O comportamento diferenciado entre a economia dos EUA e as restantes economias desenvolvidas e emergentes teve reflexo no comportamento diferenciado dos respetivos mercados financeiros.

Se por um lado, a curva de rendimentos norte-americana desenhou um movimento de subida de *yields*, ao longo das várias maturidades, em reação aos bons dados económicos e à política da Fed, as curvas de rendimentos inglesa e da Zona Euro mantiveram um comportamento mais irregular, com a taxa a 10 anos da Alemanha a revelar maior pressão em baixa e a fechar 2018 em mínimos do ano. Só no 4º trimestre, o mercado norte-americano demonstrou sensibilidade aos focos de tensão já referidos, e sucumbiu a um movimento de aumento de volatilidade e *flight to quality* que prevaleceu sobre os restantes mercados geográficos. Fruto de um efeito de *carry* positivo associado à taxa média de 2,2% oferecida pela dívida soberana dos EUA no início de 2018 e da forte descida de *yields* registada nos meses de novembro e dezembro, este mercado de dívida conseguiu fechar o ano em território positivo com uma rentabilidade de cerca de 0,8% em moeda local. Este nível de desempenho não se revelou muito distante dos desempenhos observados nos mercados europeu e britânico, em moeda local, onde apesar de um comportamento mais interessante das *yields* de referência, a existência de um *carry* menos positivo ou até negativo, penalizou a respetiva rentabilidade (1% no caso da zona Euro e 0,53% no caso do Reino Unido, em moeda local).

Ainda ao nível do mercado de dívida da Zona Euro, os *spreads* dos vários emissores soberanos foram alternando períodos de alargamento e de estreitamento face ao referencial da Alemanha, havendo a realçar o caso particular da dívida pública italiana, que registou vários momentos de forte pressão vendedora no seguimento das eleições legislativas de maio. O referencial de 10 anos atingiu níveis de 3,80% durante o mês de outubro, num movimento que se revelou essencialmente centrado em Itália, não tendo despoletado um efeito de contágio relevante noutros emissores periféricos. Neste contexto, a dívida pública portuguesa manteve-se relativamente estável e maioritariamente abaixo do patamar dos 2% no referencial a 10 anos, com a OT 2028 a terminar o ano com uma taxa implícita de 1,72%.

No que diz respeito ao mercado de ações, o comportamento relativo dos índices geográficos revelou igualmente uma diferenciação por parte do mercado norte-americano. Durante o 2º e 3º trimestres de 2018, o índice S&P500 apresentou uma tendência ascendente sem correções relevantes, num movimento que se foi revelando cada vez mais particular e divergente dos restantes mercados geográficos. Os bons dados económicos e resultados empresariais foram desvalorizando os focos de tensão que afetavam as restantes zonas geográficas, fazendo acentuar a *outperformance* do índice norte-americano que no início de outubro se fixava em cerca de 10 pontos percentuais (S&P500 com uma rentabilidade de cerca de 10%

face a rentabilidades em torno dos 0% nos índices europeus e japonês, em moeda local, e dos -5% no índice dos mercados emergentes, em USD).

Este comportamento relativo apenas foi interrompido no 4º trimestre, com o aumento da volatilidade a espelhar os receios dos investidores relativamente ao potencial impacto de temas como a 'guerra' comercial e a contínua subida de taxas de juro por parte da Fed, num mercado acionista com múltiplos de avaliação elevados. Algumas empresas norte-americanas começaram a revelar expectativas de revisão em baixa das suas receitas e margens futuras em reação às restrições ao comércio, o que validou os receios sentidos, ao que se juntou a queda vertiginosa no preço do petróleo, cujo referencial em USD desceu de cerca de 75 USD em outubro para cerca de 45 USD no final de 2018. Neste contexto, os EUA acabaram por liderar a correção em baixa dos índices acionistas durante os últimos meses do ano, fechando parcialmente o desempenho relativo que se tinha afirmado. No final de 2018, o índice S&P500 ainda registava uma rentabilidade relativa positiva, no entanto, a performance absoluta registou valores negativos (-4,9% em moeda local) e mais próxima dos índices europeus (-12,03% no Eurostoxx 50 e -8,77% no FTSE 100, em moeda local) e dos mercados emergentes (-14,5%, em USD).

Uma última nota para o mercado cambial. Fruto de um retomar dos riscos ao nível político e económico da Zona Euro e da confirmação de um ritmo firme de subida nas taxas de juro de referência da Reserva Federal norte americana, a moeda europeia foi revelando sinais de alguma fragilidade no 2º semestre do ano, que se sentiram também na relação com o iene japonês. No caso da libra esterlina, as incertezas quanto ao *Brexit* e a ausência de uma solução definida para saída do Reino Unido da União Europeia colocaram pressão adicional sobre esta moeda, culminando numa apreciação do par Eur-Gbp. Em resultado, as rentabilidades dos ativos norte americanos e japoneses beneficiaram quando convertidas para euros, ao contrário dos ativos ingleses.

O Fundo de Compensação do Trabalho

Ao longo do ano de 2018, o Fundo de Compensação do Trabalho manteve uma dinâmica positiva de crescimento, com a sua carteira a registar um aumento nos ativos sob gestão de aproximadamente 170 milhões de euros, em dezembro de 2017, para um montante próximo dos 255 milhões de euros, em dezembro de 2018.

A rentabilidade do Fundo, no ano, foi de 1,40%, gerando um valor acrescentado de cerca de 1,08 pontos percentuais, face ao *benchmark* definido, que observou uma rentabilidade de cerca de 0,32%.

Estes valores estão significativamente influenciados pela transferência de cerca de 3,7 milhões de euros, proveniente do FGCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho). Expurgando este valor, a rentabilidade do FCT fixa-se em -0,14%, representando uma performance negativa de cerca de -0,46 pontos percentuais face ao *benchmark* adotado.

A rentabilidade da carteira, no ano, foi negativamente afetada pelo comportamento da componente das ações e da dívida soberana italiana, em contraciclo com o desempenho da dívida alemã que compõe o *benchmark*.

Atividade do Conselho de Gestão

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão, presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral.

Os membros do Conselho de Gestão são:

Instituição	Nome	Representação	"Tomada de Posse"
Ministério das Finanças	Amílcar Theias	Efetivo	dez-18
Emprego	Fernando Miguel Catarino José	Efetivo	
	Rui Abreu	Suplente	
S. Social	Sandra Martins	Efetivo	Até 29.11.2018
	Ana Vasques	Efetivo	Desde 29.11.2018
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira	Efetivo	
	Jorge Seabra	Suplente	
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Morais	Efetivo	
	Ana Filipa Ferreira	Suplente	
Confederação do Turismo Portugues - CTP	Nuno Bernardo	Efetivo	
	Pedro Petrucci de Freitas	Suplente	
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	João Costa	Efetivo	
	Gregório Novo	Suplente	Até 02.10.2018
	Nuno Biscaya	Suplente	Desde 02.10.2018
CGTP-IN	Ana Isabel Lopes Pires	Efetivo	
	Fernando Ambrósio	Efetivo	
	Fernando Manuel Pires Marques	Suplente	
	Tiago Cunha	Suplente	Até 11.05.2018
	Catarina Machado Morais de Oliveira	Suplente	Desde 11.05.2018
UGT	António Luís Ferreira Correia	Efetivo	Até 07.12.2018
	Joaquim José Mendes Dias	Efetivo	Desde 07.12.2018 (Subs. Joaquim José Mendes Dias)
	Sérgio Alexandrino do Monte	Efetivo	
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente	
	Joaquim José Mendes Dias		Até 07.12.2018
	Dina Teresa da Conceição Botelho Ferreira Carvalho	Suplente	Desde 07.12.2018 (Subs. Joaquim José Mendes Dias)

Durante o exercício de 2018 realizaram-se 3 reuniões do Conselho de Gestão (22 de fevereiro, 22 de julho e 11 de dezembro) nas quais:

- ✓ Se analisou a carteira do FCT, nomeadamente composição e rentabilidade;
- ✓ Se discutiram as estatísticas referentes a adesões, número de contratos, montante das entregas e dívidas de entidades empregadoras;
- ✓ Se discutiu e aprovou o Relatórios e Contas do exercício de 2017 (22 de julho);
- ✓ Se discutiu e aprovou o Plano de Atividades e Orçamento para 2019 (11 dezembro).

Números Chave

Evolução do Fundo

Em 2018 o valor da carteira do FCT aumentou 48%, passando de 172 643 229,21€ a 31.12.2017 para 255 553 629,69€¹ no final de 2018. Esta evolução é reflexo do crescimento contínuo do número de contratos de trabalho ativos² (1 725 331 no final de 2018 contra os 1 447 074 no final de 2017, um crescimento de 19%) e de um aumento de cerca de 12% no valor médio da entrega mensal (6,19€ face aos 5,51€ verificados em 2017).

A conjugação dos fatores acima identificados levou a um crescimento de 29% no volume de entradas de fundos (117 692 251,72€ face aos 91 422 939,92€ de 2017³). O volume de reembolsos e devoluções⁴, pagos aos empregadores na sequência da cessação de contratos de trabalho, cresceu 37%, passando de 27 808 814,97€ em 2017 para 38 196 561,79€ em 2018 (37 811 646,57€ referentes a reembolsos e 384 915,22€ respeitantes a devoluções), pelo que as entradas líquidas de dinheiro para o fundo registaram um crescimento ligeiramente inferior a 25% (79 495 323,43€ em 2018, contra 63 614 124,95€ de 2017).

Capitais Próprios

No final de 2018, os capitais próprios do FCT ascendiam a 277 243 789,13€, representados por ativos distribuídos conforme o quadro seguinte, contra 182 590 001,67€ em 2017.

TABELA 01 | CAPITAIS PRÓPRIOS DO FCT

	31-12-2018	31-12-2017
ATIVO		
Carteira de títulos	102 653 807,80	78 216 270,43
Disponibilidades	152 480 454,10	94 115 287,39
Terceiros	23 561 956,58	10 025 405,54
Acréscimos e diferimentos	1 864 500,83	1 241 005,36
Total	280 560 719,31	183 597 968,72
PASSIVO		
Terceiros	2 138 550,35	102 053,05
Acréscimos e diferimentos	1 178 379,83	905 914,00
Total	3 316 930,18	1 007 967,05
Capitais Próprios	277 243 789,13	182 590 001,67

Rentabilidade

Em 31.12.2018 existiam 239 578 668,18545 unidades de participação do FCT em circulação, sendo o seu valor unitário de 1,06667€. A taxa de rentabilidade dos ativos representativos da carteira do FCT foi de 1,40%, face aos 2,15% registados em 2017.

¹ No final de 2018 o valor subjacente a contratos cessados e não reembolsados era de cerca de 40 milhões de euros.

² Número acumulado de contratos registados, líquidos de contratos cessados. Destes, aproximadamente 1 575 000 correspondiam a contratos vigentes, isto é, contratos que não tinham atingido o respetivo termo.

³ Não inclui despesas administrativas cobradas aos empregadores e transferências provenientes do FGCT.

⁴ As devoluções ocorrem na sequência da declaração pela entidade empregadora de que um contrato registado não se realizou ou não estava abrangido pelo âmbito da Lei 70/2013, apesar de terem existido entregas ao FCT.

Deve atender-se, contudo, ao facto de que o regime imposto pela Lei 70/2013, de 30 de agosto, determina a realização de entregas mensais pelos empregadores ao FCT do valor correspondente a 0,925% do abonado aos seus trabalhadores a título de vencimento base e diuturnidades. Deste modo, o empregador que tenha mantido um montante constante de entregas entre janeiro e dezembro de 2018, obteve uma valorização dessas entregas de 2,76%.

Apresentação do FCT

Estatuto Legal

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, alterada pelo DL 210/2015 de 25 de setembro é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

Com a publicação do DL 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídas do âmbito da aplicação da Lei 70/2013, de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho com duração igual ou inferior a 2 meses.

A entidade gestora do FCT é, nos termos do nº 2 do artigo 18.º da Lei 70/2013, de 30 de agosto, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. (IGFCSS,IP).

A Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro estabelece a regulamentação relativa aos procedimentos de operacionalização do funcionamento do FCT, em concreto no que respeita às relações entre os empregadores e o fundo.

O Regulamento de Gestão do FCT (Regulamento nº 390-B/2013, de 14 de outubro) foi aprovado pelo respetivo conselho de gestão e determina as regras fundamentais do funcionamento do FCT, nomeadamente os princípios a que deve obedecer a sua gestão que visa, em primeiro lugar, a preservação do valor nominal das entregas dos empregadores. Em 27.06.2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 22º da Lei nº 70/2013 de 30 de agosto, e através do aviso nº 7138/2017 (DR 2ª série, nº 122) foram introduzidas alterações aos seus artigos 5º, 7º, 12º e 20º.

Limites de Investimento

Os principais limites de investimento da carteira do Fundo de Compensação do Trabalho são os seguintes:

- ✓ Liquidez – mínimo 30%
- ✓ Dívida Privada – máximo 20%
- ✓ Ações – máximo 15%
- ✓ Fundos de Investimento – máximo 10%
- ✓ Ativos não denominados em Euros – máximo 10%

O perfil de risco é prudente e em conformidade com regras de segurança, rentabilidade, diversificação e liquidez previstas no artigo 6º do regulamento de gestão.

Objetivos da Política de Investimento

A política de investimento do FCT assenta num modelo de alocação dinâmica, nos termos do qual é fixado o nível de indexação, ao índice compósito (*benchmark*) EONIA (50% peso) e índice de dívida governamental da Alemanha (50% peso), o qual pode variar entre 50% e 100%.

O regulamento de gestão do FCT definia os 3 anos como a maturidade máxima dos instrumentos de dívida, pelo que no *benchmark* se considerava a dívida pública alemã com maturidade 1-3 anos.

A partir de 01.11.2017, atendendo aos condicionalismos e impacto da indexação ao índice da dívida governamental alemã com maturidade reduzida, e na sequência de alteração ao Regulamento de Gestão, que eliminou o limite de 3 anos para a maturidade da dívida, o Conselho de Gestão do FCT decidiu proceder à alteração do *benchmark*, passando o compósito a ter em conta a EONIA (50% peso) e índice de dívida governamental da Alemanha 1-10 anos (50% peso).

A gestão do FCT tem como objetivo uma gestão eficaz do perfil de risco extremamente conservador do Fundo de Compensação do Trabalho. Para operacionalizar este objetivo é definido como indicador de desempenho o rácio entre a valorização do FCT e o referido índice compósito, ou seja, é objetivo da gestão maximizar o *Funding Ratio* do FCT.

Processo de Tomada de Decisão

Em cada trimestre, em regra no seu início, o Conselho Diretivo da entidade gestora, ouvido o Comité de Investimentos (CI), fixa, em função da evolução expectável dos diferentes mercados relevantes, o nível de indexação desejado ao índice compósito EONIA (50% peso) e Dívida Governamental Alemã (50% peso).

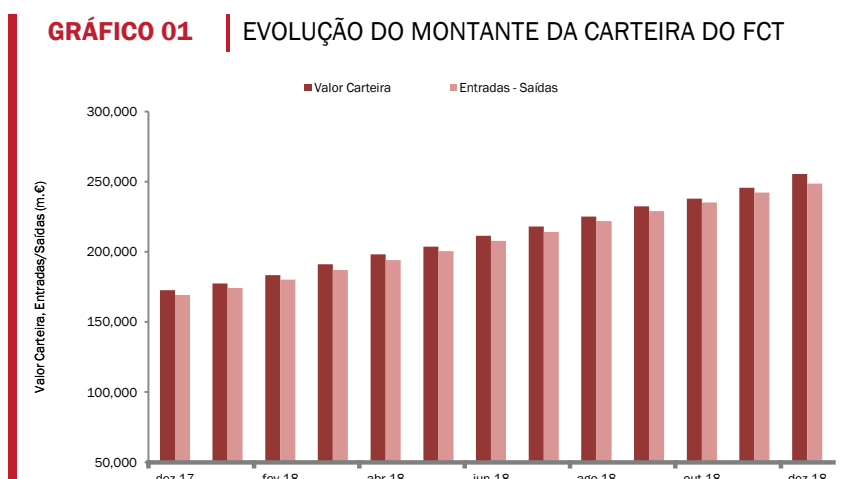
Utilizando um modelo de alocação core-satélite, entre o referido índice compósito e um *portfolio* diversificado de ativos com origem nos mercados da OCDE, e com base em estimativas de correlações de mercado bem como do *funding ratio* real, obtém-se uma composição de referência para a carteira do Fundo.

Durante o ano de 2018 o nível de indexação manteve-se em 97,5%.

Evolução do FCT

Entradas e Saídas

A carteira do FCT ascendeu, em 31.12.2018 a 255 553 629,69€. O montante médio da carteira em 2018 foi de 195 972 349,77€



O FCT foi criado com a publicação do respetivo regulamento de gestão, em outubro de 2013, com um montante inicial de subscrições de 114 777,54€. A média mensal de subscrições líquidas de reembolsos durante o ano de 2018 ascendeu a 6 624 610,29€, cifrando-se num total de 79 495 323,43€. Este valor, adicionado às subscrições líquidas relativas aos anos anteriores, totaliza o valor de 248 657 164,00€ desde a criação do fundo.

TABELA 02 | SUBSCRIÇÕES LÍQUIDAS DE RESGATES

Data	Entradas - Saídas	Valor Acumulado
2013	470 023,13	470 023,13
2014	18 234 380,34	18 704 403,47
2015	35 788 206,61	54 492 610,08
2016	51 055 105,54	105 547 715,62
2017	63 614 124,95	169,161,840,57
jan-18	5 197 980,93	174,359,821,50
fev-18	5 891 496,87	180,251,318,37
mar-18	6 894 696,58	187,146,014,95
abr-18	6 979 329,60	194,125,344,55
mai-18	6 345 391,35	200,470,735,90
jun-18	7 326 381,75	207,797,117,65
jul-18	6 450 513,47	214,247,631,12
ago-18	7 731 360,88	221,978,992,00
set-18	7 154 344,23	229,133,336,23
out-18	6 023 508,09	235,156,844,32
nov-18	7 158 989,21	242,315,833,53
dez-18	6 341 330,47	248,657,164,00

A gestão dos ativos permitiu, até 31.12.2018, acrescentar 6 896 465,69€ ao valor do FCT. Este valor é explicado em grande medida pelas entradas de 600 000,00€ (dezembro 2016), 2 843 459,13€ (junho de 2017) e 3 742 049,63 (dezembro de 2018), provenientes da

transferência de saldos excedentários do FGCT ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 45.º da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

O valor acrescentado acima indicado corresponde a uma taxa anual nominal média de rentabilidade de 1,27%⁵ desde o início.

Estrutura da Carteira

Um pouco mais de metade do valor de carteira do FCT é constituído por liquidez: 58,35% em Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo. O restante valor é constituído, na sua grande parte por títulos de Dívida Pública: 2,87% Dívida Pública Portuguesa e 34,58% por Dívida Pública de outros países da OCDE. De referir ainda que cerca de 4,19% da carteira está afeta ao grupo Ações (por via de ETFs).

Assim, a exposição por classe de risco, em 31.12.2018, era a seguinte:

TABELA 03 | ESTRUTURA DA CARTEIRA DO FCT

Ativo	Valor	%
Dívida Pública Portuguesa	7 347 041,78	2,87%
Dívida OCDE Ex-DP Portuguesa	88 382 764,63	34,58%
Ações	10 714 389,75	4,19%
Liquidez	149 109 433,53	58,35%
<i>Liquidez (sem Provisões Diversas)</i>	<i>150 290 273,36</i>	<i>58,81%</i>
<i>Provisões Diversas</i>	<i>-1 180 839,83</i>	<i>-0,46%</i>

Cumprimento dos Limites Regulamentares

Os limites regulamentares estão descritos nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento n.º 390-B/2013 de 11 de Outubro, alterado pelo Conselho de Gestão do FCT com efeitos a 27.06.2017 (aviso n.º 7138/2017, publicado no DR 2.ª série n.º 122).

A tabela seguinte dá conta do cumprimento daqueles limites regulamentares:

TABELA 04 | COMPLIANCE (REGULAMENTO 390-B/2013 E AVISO N.º 7138/2017)

Descrição	Valor Atual (V.Mero e Juro)	Mínimo	Máximo
Liquidez	59,13%	30,00%	100,00%
<i>Liquidez (sem Provisões Diversas)</i>	<i>59,59%</i>		
<i>Provisões Diversas</i>	<i>-0,46%</i>		
Dívida Privada	0,00%	0,00%	20,00%
Ações	4,19%	0,00%	15,00%
Fundos de Investimento Mistos	0,00%	0,00%	10,00%
Ativos não denominados em euros	3,48%	0,00%	10,00%

Para efeitos de cumprimentos dos limites regulamentares, o investimento em CEDIC é considerado liquidez.

⁵ Time Weighted Rate of Return (TWRR)

A tabela abaixo dá conta da exposição às várias entidades financeiras:

TABELA 05 | EXPOSIÇÃO A ENTIDADES FINANCEIRAS

Banco	Reg. Gestão FCT – Art. 5º, 7º al. a), b) e c) <small>Localização no espaço económico europeu ou num país da OCDE pertencente ao Grupo dos 10 ou notação mínima de risco BBB-/Baa3</small>	Exposição
Novo Banco	Cumpre	49 860 764,02 €
Millennium BCP	Cumpre	24 809 915,63 €
Bankinter	Cumpre	18 784 896,24 €
Banco Santander Totta	Cumpre	58 502 860,15 €
Banco Bilbao Viscaya	Cumpre	26 451,44 €
BNP	Cumpre	325 516,54 €
Barclays Bank	Cumpre	3 112,63 €
Total		152 313 516,65 €

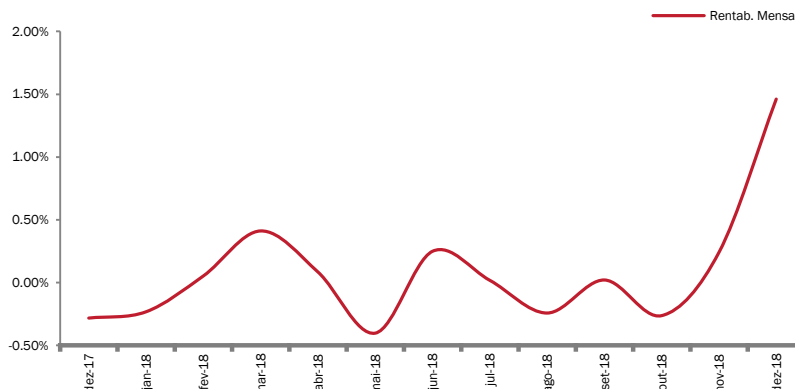
Rentabilidade e Risco

Em 2018, o FCT obteve uma rentabilidade de 1,40%, para um nível de risco, medido pelo desvio padrão anualizado da taxa de rentabilidade, de 1,83%.

TABELA 05 | RENTABILIDADE & RISCO

	Valor de Mercado	Peso (% FCT)	Rentabilidade (Últ. 12 meses)			Risco		
			FCT	Benchmark	Excess Return	Volatilidade Anualizada		Tracking Error
						FCT	Benchmark	
Total	255 553 629,69	100,00%	1,40%	0,32%	1,08%	1,83%	0,89%	1,93%

GRÁFICO 02 | RENTABILIDADE MENSAL (ÚLT. 12 MESES)

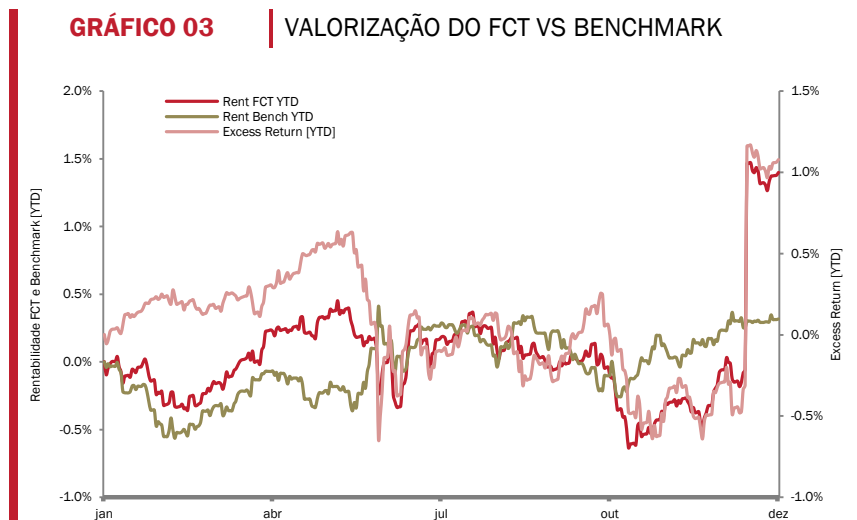


A performance dos investimentos do FCT é medida contra um índice de aferição específico: *Benchmark* – mix de EONIA e índice de Dívida governamental da Alemanha (1-10 anos).

Em 2018 o FCT obteve uma rentabilidade adicional em relação ao respetivo *benchmark* (*excess return*) de 1,08% (108 pontos base).

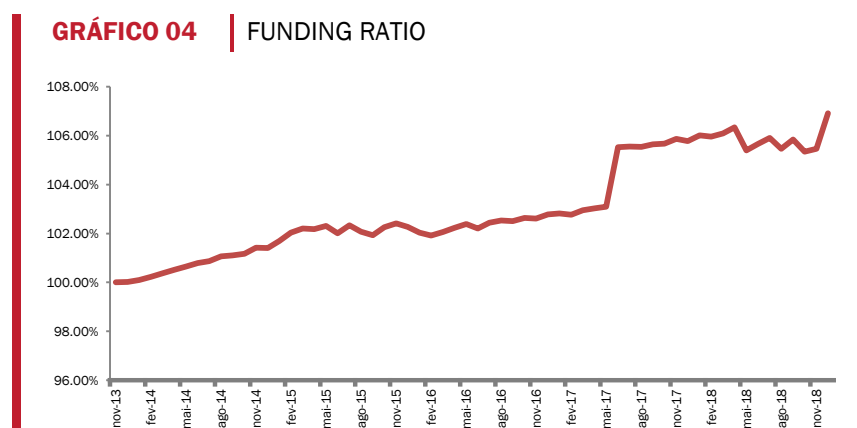
Este *Excess Return* positivo verificado no final de 2018 não foi observável ao longo de todo o ano. Nos primeiros 5 meses situou-se sempre acima de zero, tendo obtido por diversas vezes valores negativos a partir de junho e até à entrada referida no comentário à Tabela 1. No dia

14.12.2018, esta variável descolou para valores próximos do que haveria de atingir no final do ano (1,08%).



Funding Ratio

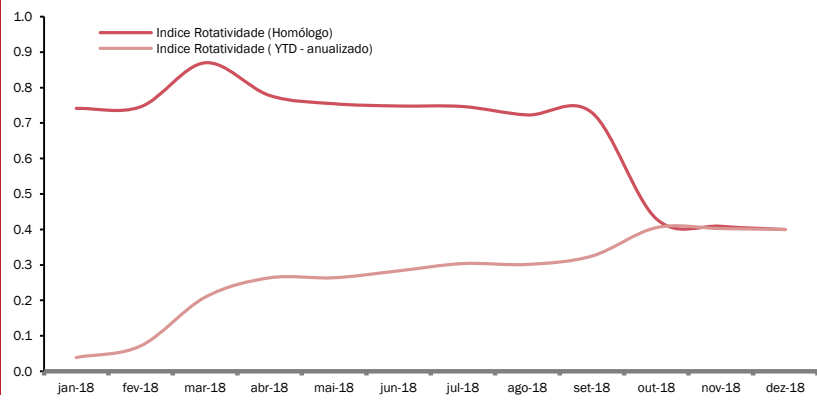
O gráfico seguinte compara, desde 30.11.2013, a performance do Fundo com a performance do índice de aferição específico (*benchmark*). Como se pode verificar, nota-se que em 2018 o FCT manteve a tendência positiva que já se tinha revelado em períodos anteriores, tendo inclusivamente ocorrido uma aceleração no crescimento desta variável, terminando o ano com um *funding ratio* perto de 107%, valor máximo observado desde que esta variável é calculada.



Rotação da Carteira

O índice de rotação da carteira do FCT em 2018 situou-se nos 0,40. Ou seja, o volume de transações levadas a cabo corresponde a 0,40 vezes o valor médio da carteira gerida ao longo do ano.

GRÁFICO 05 | ROTAÇÃO DA CARTEIRA



Fundo de Compensação do Trabalho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

FCT | BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Código	Designação	Ativo					Capital e Passivo			Períodos	
		Bruto	Mv	Mv / P	2018		Código	Designação	2018	2017	
					Líquido	Líquido					2018
	CARTEIRA DE TÍTULOS										
21	OBRIGAÇÕES	97 012 240,39	95 358,20	3 165 581,34						270 076 924,94	1 78 951 481,01
22	AÇÕES	9 415 153,27	290 506,19	893 868,91							
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL									3 638 520,66	739 221,63
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO										
25	DIREITOS										
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA										
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	106 427 393,66	385 864,39	4 159 450,25						3 528 343,53	2 899 299,03
	OUTROS ATIVOS										
31	OUTROS ATIVOS										
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	TERCEIROS										
411+...+418	Contas de Devedores										
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	23 561 956,58									
	DISPONIBILIDADES										
11	CAIXA									1 602,65	1 221,16
12	DEPÓSITOS À ORDEM	45 280 454,10								2 136 947,70	100 831,89
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	107 200 000,00									
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO										
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS										
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	152 480 454,10	0,00	0,00	152 480 454,10	94 115 287,41				2 138 550,35	102 053,05
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	1 864 133,95								1 178 379,83	905 914,00
52	DESPESAS COM CUSTOS DIFERIDO										
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS	366,88									
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	1 864 500,83	0,00	0,00	1 864 500,83	1 241 005,36				1 178 379,83	905 914,00
	TOTAL DO ATIVO	284 334 305,17	385 864,39	4 159 450,25	280 560 719,31	183 597 968,72				280 560 719,31	183 597 968,72
	Número total de unidades de participação em circulação:				239 578 668,18545	164 116 240,22366				1,06667	1,05195
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO										
	Valor unitário da unidade de participação										

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

FCT

Código	Custos e Perdas		Período		Código	Proveitos e Ganhos		Período	
	Designação	2018	2017	Designação		2018	2017		
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
711+718	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				812+813	JUROS E GANHOS EQUIPARADOS	3 092 449,35	1 151 661,31	
719	De Operações Correntes	1 103 798,49			811+814+817+818	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	165 663,24	240 318,06	
722+723	De Operações Extrapatrimoniais				819	Outros, de Operações Correntes	1 000 261,45		
724+...+728	COMISSÕES E TAXAS					De operações extrapatrimoniais			
729	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	3 760,18	1 384,36			RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS			
	Outras, de Operações Correntes	38 238,13	26 672,58		822+...824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	174 091,08	27 080,07	
	De Operações Extrapatrimoniais	251,62			829	De operações extrapatrimoniais			
732+733	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			
731+738	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	3 715 089,85	1 368 229,27		832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	401 365,29	77 309,14	
739	Outras, de Operações Correntes	84 208,98	4 365,19		831+838	Outros, em Operações Correntes	20 611,05	4 488,03	
	Em Operações Extrapatrimoniais	9 795,27	1 023,77		839	Em Operações Extrapatrimoniais	9 974,06	1 071,81	
	IMPOSTOS					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES			
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento	10 696,58	718,40			Provisões para encargos			
7412+7422	Impostos Indiretos	2,78	5,16			OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	353 520,50	277 404,00	
7418+7428	Outros Impostos				86+87				
751	PROVISÕES DO EXERCÍCIO								
77+79	Provisões para Encargos								
	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	487 313,13	321 063,79						
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	5 453 195,01	1 723 462,52						
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
781	Valores Incobráveis				881	Recuperação de Incobráveis			
782	Perdas Extraordinárias				882	Ganhos Extraordinários			
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				882	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	21 512,89		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais				888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	3 742 049,63	2 843 459,13	
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00			TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	3 763 562,52	2 843 459,13	
63	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO					RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)			
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	3 528 343,63	2 899 299,03		66	TOTAL	8 981 498,54	4 622 761,55	
	TOTAL	8 981 498,54	4 622 761,55						
(8 x 2/3/4/5/7 x 2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos				D-C	Resultados Eventuais			
8 x 9 - x 9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais				B + D - A - C + 74	Resultados Antes de Imposto sobre o Rendimento			
B - A	Resultados Correntes	-235 218,99	55 839,90		B+ D - A - C + 7411/8+7421/8	Resultado Líquido do Período	3 528 343,53	2 899 299,03	

Discriminação dos Fluxos	Período			
	2018		2017	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO				
RECEBIMENTOS:				
Subscrição de unidades de participação	117 691 885,22		91 422 939,92	
...		117 691 885,22		91 422 939,92
PAGAMENTOS:				
Resgates de unidades de participação	38 196 561,79		27 808 767,01	
Rendimentos pagos aos participantes				
...		38 196 561,79		27 808 767,01
Fluxo das operações sobre as unidades de participação		79 495 323,43		63 614 172,91
OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:				
Venda de títulos e outros ativos	158 954 348,99		137 839 161,15	
Reembolso de títulos e outros ativos				
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos	216 983,72		75 131,51	
Juros e proveitos similares recebidos	2 872 653,25		877 268,75	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Outros recebimentos relacionados com a carteira		162 043 985,96		138 791 561,41
PAGAMENTOS:				
Compra de títulos e outros ativos	186 914 195,00		167 474 706,36	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Juros e custos similares pagos				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Comissões de bolsa suportadas	1 863,45		848,70	
Comissões de corretagem				
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira		186 916 058,45		167 475 555,06
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		-24 872 072,49		-28 683 993,65
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:				
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais	7 854 478,13		1 402 422,96	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	1 000 188,98			
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		8 854 667,11		1 402 422,96
PAGAMENTOS:				
Juros e proveitos similares pagos				
Operações cambiais	7 883 458,44		1 402 586,92	
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	1 103 977,64			
Comissões em contratos de opções				
...				
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		8 987 436,08		1 402 586,92
Fluxo das operações a prazo e de divisas		-132 768,97		-163,96
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:				
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	157 222,79		195 756,51	
Juros de certificados de depósito				
Comissões em operações de empréstimos de títulos				
...				
Outros recebimentos correntes	240 253,50	397 476,29		195 756,51
PAGAMENTOS:				
Comissão de gestão				
Comissão de depósito	16 614,12		4 864,76	
Comissão de garantia				
Despesas com crédito vencido				
Juros devedores de depósitos bancários				
Compras com acordo de revenda				
Impostos e taxas				
...				
Outros pagamentos correntes	214 218,49	230 832,61	-102 754,88	-97 890,12
Fluxo das operações de gestão corrente		166 643,68		293 646,63
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:				
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores				
Recuperação de incobráveis				
...				
Outros recebimentos de operações eventuais	3 742 049,63	3 742 049,63	2 843 459,13	2 843 459,13
PAGAMENTOS:				
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a exercícios anteriores				
...				
Outros pagamentos de operações eventuais			47,96	47,96
Fluxo das operações eventuais		3 742 049,63		2 843 411,17
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		58 399 175,28		38 067 073,10
Ajustamentos cambiais		-34 008,59		248,31
Disponibilidades no início do período... (B)		94 115 287,41		56 047 966,00
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		152 480 454,10		94 115 287,41

Anexo às Demonstrações Financeiras

Introdução

A lei 70/2013 de 30 de Agosto estabeleceu os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, financiada pelas entidades empregadoras que visa garantir aos trabalhadores o pagamento até metade do montante da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho.

Não obstante a possibilidade de opção pelo Mecanismo Equivalente em detrimento do FCT, a adesão ao regime é obrigatória e aplica-se a todos os trabalhadores, objeto de contratação a partir de 1 de Outubro de 2013.

Nos termos do DL 210/2015, de 25 de setembro, foram excluídos do âmbito da aplicação da Lei 70/2013 de 30 de agosto, as relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho de duração igual ou inferior a 60 dias.

Atendendo a que durante o ano de 2018 não foi criado qualquer Mecanismo Equivalente, todos os contratos de trabalho inseridos pelos empregadores durante o ano ficaram associados ao FCT.

O FCT constitui um património autónomo dotado de personalidade jurídica e não integra o perímetro de consolidação ou o orçamento da Segurança Social.

O FCT está registado no Registo Nacional de Pessoas Colectivas com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito público.

A gestão financeira do fundo, a cargo de uma entidade gestora, o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) e do Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do IGFCSS, rege-se pelas regras previstas no regulamento de gestão e no regulamento interno.

Os registos contabilísticos do FCT são mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, anexo ao Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As Demonstrações Financeiras e respetivas notas anexas, têm por referência, as regras previstas no mesmo Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários para os organismos de investimento coletivo.

Notas às Contas

Nota 1 – Capital do FCT

O capital do fundo é constituído por unidades de participação desmaterializadas com um valor inicial de 1€, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

O valor de subscrição corresponde ao valor das entregas mensais dos empregadores nos termos da lei, isto é, corresponde a 0,925% da retribuição base e diuturnidades de cada trabalhador abrangido, referente a 12 retribuições anuais.

O valor de resgate das unidades de participação é calculado com referência ao valor do capital do FCT por unidade de participação.

O cálculo do valor da unidade de participação é efetuado, dividindo o valor líquido global do fundo pelo número de unidades de participação em circulação e ocorre às sextas-feiras ou dia útil seguinte.

Durante o exercício de 2018, ocorreram os seguintes movimentos no capital do fundo:

Descrição	No Início (31/12/2017)	Subscrições	Resgastes	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	No Fim
Capital realizado							
Valor base	169 161 840,57	117 692 251,72	38 196 561,79				248 657 530,50
Diferença p/ Valor Base							
Resultados distribuídos					2 899 299,03		3 638 520,66
Resultados acumulados	739 221,63						
Resultados do período	2 899 299,03				-2 899 299,03	3 528 343,53	3 528 343,53
SOMA	172 800 361,23	117 692 251,72	38 196 561,79		0,00	3 528 343,53	255 824 394,69
Nº de unidades participação	164 116 240,22366						239 578 668,18545
Valor unidade participação	1,05195						1,06667
Capital subscrito não realizado							
Valor base	9 789 640,44	11 629 754,00					21 419 394,44
SOMA	9 789 640,44	11 629 754,00					21 419 394,44
Total Capital	182 590 001,67	129 322 005,72	38 196 561,79			3 528 343,53	277 243 789,13

O quadro abaixo apresenta o valor líquido global do FCT e de cada unidade de participação e ainda o número de unidades de participação em circulação.

ANO		VLGF	Valor da UP	Nº de UPs em Circulação
2018	Mar	191 068 656,18	1,05429	181 229 116,53923
	Jun	211 399 659,62	1,05266	200 823 738,47687
	Set	232 642 262,50	1,05231	221 076 407,03248
	Dez	255 481 288,46	1,06667	239 578 668,18545
2017	Mar	120 022 507,61	1,02972	116 558 137,19936
	Jun	139 000 333,29	1,05282	132 025 926,84464
	Set	156 367 250,10	1,05395	148 362 573,47586
	Dez	172 643 229,21	1,05195	164 116 240,22366
2016	Mar	65 166 046,40	1,02340	63 675 728,99777
	Jun	78 635 377,11	1,02546	76 682606,97878
	Set	92 507 082,81	1,02738	90 041 003,36746
	Dez	106 286 936,61	1,02971	103 219 292,11064
2015	Mar	25 544 058,71	1,02509	24 918 629,81020
	Jun	34 412 115,00	1,02276	33 646 235,85153
	Set	43 846 125,85	1,02154	42 921 315,53512
	Dez	54 818 275,82	1,02527	53 466 759,42624
2014	Mar	2 750 783,94	1,00441	2 738 688,18776
	Jun	6 596 179,11	1,00900	6 537 305,65341
	Set	10 398 824,67	1,01312	10 264 155,34559
	Dez	19 974 013,97	1,01561	18 520 757,40251
2013	Dez	624 671,44	1,00036	469 941,43498

Nota 2 – Transações, Subscrições e Resgates

Durante o ano de 2018 as transações na carteira de ativos do FCT decompõem-se da seguinte forma:

TRANSAÇÕES	Compras (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora de mercado	Mercado	Fora de mercado	Mercado	Fora de mercado
Dívida Pública	44 019 534,09		24 834 733,50		68 854 267,59	
Fundos Públicos e Equiparados						
Obrigações Diversas						
Ações	8 646 084,81		79 623,45		8 725 708,26	
Títulos de Participação						
Direitos						
Unidades de Participação						
Outros Ativos						
Contratos de futuros ^(a)	7 019 523,30		4 879 354,32			
Contratos de Opções ^(b)						

(a) Pelo preço de referência; (b) Valor dos Prémios

Ao longo do exercício verificaram-se operações de subscrição e resgate no fundo nos valores que constam da tabela abaixo:

Subscrições e Resgates	Valor	Comissões Cobradas
Subscrições	117 692 251,72	0,00
Resgates	38 196 561,79	0,00

O FCT não cobra comissões de subscrição ou resgate

Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

A carteira de títulos do FCT a 31.12.2018 era constituída da seguinte forma:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Preço de Aquisição	Mais Vantias	Menos Vantias	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>Mercado de Bolsa Nacional</i>						
Títulos dívida Pública	7 741 300,00	95 358,20	576 450,00	7 260 208,20	182 191,78	7 442 399,98
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Outros Mercados Regulamentados Nacionais</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Mercado de Bolsa de Estados Membros UE</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações	3 285 836,57		389 936,95	2 895 899,62		2 895 899,62
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Outros Mercados Regulamentados Estados UE</i>						
Títulos dívida Pública	89 270 940,39		2 589 131,34	86 681 809,05	1 605 597,38	88 287 406,43
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações	6 129 316,70	290 506,19	603 931,96	5 815 890,93		5 815 890,93
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
A transportar	106 427 393,66	385 864,39	4 159 450,25	102 653 807,80	1 787 789,16	104 441 596,96

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Preço de Aquisição	Mais Valtas	Menos Valtas	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA
Transporte	106 427 393,66	385 864,39	4 159 450,25	102 653 807,80	1 787 789,16	104 441 596,96
<i>Mercado de Bolsa de Estados Não Membros UE</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Outros Merc. Regulam. Estados não membros</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado nacional</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
<i>Proc. Admissão mercado estrangeiro</i>						
Títulos dívida Pública				0,00		0,00
Outros Fundos Públicos Equiparados				0,00		0,00
Obrigações diversas				0,00		0,00
Ações				0,00		0,00
Títulos de participação				0,00		0,00
U.P.				0,00		0,00
Direitos				0,00		0,00
4. OUTROS ATIVOS						
Depósitos à Ordem	45 314 464,74	703,36	34 714,00	45 280 454,10	1 345,84	45 281 799,94
Depósitos a Prazo	107 200 000,00			107 200 000,00	74 998,95	107 274 998,95
Total	258 941 858,40	386 567,75	4 194 164,25	255 134 261,90	1 864 133,95	256 998 395,85

As disponibilidades do FCT registaram, durante o exercício de 2018, os seguintes movimentos:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à Ordem	25 114 287,41			45 280 454,10
Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	69 001 000,00	134 040 000,00	95 841 000,00	107 200 000,00
Certificados de Depósito				
Outras Contas de Disponibilidades				
TOTAL	94 115 287,41	134 040 000,00	95 841 000,00	152 480 454,10

Nota 4 – Políticas Contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os seguintes critérios contabilísticos:

Especialização do exercício

Os ganhos e as perdas do FCT são reconhecidos no momento em que são geradas, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação ao valor de aquisição e valorizadas ao justo valor.

O critério adotado para o apuramento do custo dos títulos vendidos é o do custo médio.

Para a avaliação dos ativos cotados é utilizado o preço de fecho, ou preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação.

No caso dos instrumentos financeiros admitidos à negociação em mais de uma bolsa de valores ou mercado regulamentado, o valor a considerar deve refletir os preços praticados no mercado principal conforme publicado na agência de informação financeira Bloomberg.

Na avaliação dos ativos expressos em moeda diferente do euro, serão aplicadas taxas de câmbio indicativas fornecidas diariamente pela agência de informação financeira Bloomberg.

Para as transações efetuadas em mercados estrangeiros com horários diferenciados, consideram-se todas as transações concretizadas até ao final do dia a que a avaliação diz respeito.

Tratando-se de ativos representativos da dívida não cotados, admitidos à negociação num mercado regulamentado, podem ainda ser considerados para efeitos de avaliação, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas pelas entidades especializadas que não se encontrem em domínio ou de grupo com a entidade gestora, nos termos dos artigos nº 20 e nº 21 do Código de Valores Mobiliários. Na impossibilidade de aplicação dos referidos critérios, a entidade gestora recorrerá a modelos de avaliação reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se de que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

As mais e menos valias são reconhecidas na demonstração de resultados em 'Ganhos ou Perdas em operações financeiras', por contrapartida das contas 'Mais e Menos valias' do ativo.

O apuramento do juro corrido é feito diariamente e reconhecido na demonstração de resultados na conta 'Juros e proveitos equiparados', por contrapartida de 'Acréscimo de proveitos'.

Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor global do capital do fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O cálculo do valor das unidades de participação é efetuado todas as sextas feiras ou dia útil seguinte.

Comissão de gestão

A comissão de gestão, imputada em base diária na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de contas do balanço representa o pagamento à entidade gestora do FCT, o IGFCCS, pelos serviços de gestão prestados ao fundo.

O valor a pagar será correspondente à proporção do peso do FCT, no total de fundos geridos pela entidade gestora e não pode ultrapassar 25% dos rendimentos do fundo.

Comissão de depósito/custódia

A comissão de depósito representa a remuneração do banco depositário por serviços prestados e é imputada diariamente na demonstração de resultados em 'Comissões' por contrapartida de 'Comissões a pagar'.

Impostos

Nos termos do nº1 do artigo 57º da Lei 70/2013 de 30 de Agosto, o FCT é equiparado aos fundos de capitalização administrados por instituições da segurança social, portanto isento de IRC, conforme o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 9º do Código do imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas.

Nota 5 – Componentes do Resultado

Em 31 de Dezembro de 2018 era a seguinte a composição dos resultados do FCT, no que respeita aos proveitos:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Soma	Juros Vencidos	Juros Corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações	290 506,19	3 388,10	293 894,29			174 091,08	174 091,08
Obrigações	107 471,00		107 471,00	1 768 308,39	1 324 140,96		3 092 449,35
Títulos de participação							
Unidades de participação							
Instr. de dívida de c/ prazo							
Outros ativos							
Depósitos	20 611,05		20 611,05	89 318,45	76 344,79		165 663,24
OPERAÇÕES A PRAZO ⁽¹⁾							
Cambiais							
Forwards		9 974,06	9 974,06				
Swaps							
...							
Taxa de Juro							
FRA							
Swaps							
Futuros							
Opções							
Cotações							
Futuros		1 000 261,45	1 000 261,45				
Opções							
...							
OUTRAS OPERAÇÕES							
Oper. de Reporte							
Oper. de Empréstimo							
...							

(1) Inclui eventuais remunerações de margens

Já na componente de custos, naquela data, a composição dos resultados do FCT era conforme consta da tabela seguinte:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Soma	Juros Vencidos e Comissões	Juros corridos	Soma
OPERAÇÕES À VISTA*						
Ações	1 019 617,56		1 019 617,56			
Obrigações	2 385 373,09	310 099,20	2 695 472,29			
Títulos de participação						
Unidades de participação						
Outros ativos						
Depósitos	84 208,98		84 208,98			
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Forwards		9 795,27	9 795,27			
Swaps						
...						
Taxa de Juro						
FRA						
Swaps						
Futuros		1 103 798,49				
Opções						
Cotações						
Futuros						
Opções						
...						
COMISSÕES						
De Gestão				20 644,10		20 644,10
De Depósito				16 995,61		16 995,61
Da carteira de Títulos				3 760,18		3 760,18
De Oper. Extrapatrimoniais				251,62		251,62
Outras comissões				598,42		598,42
OUTRAS OPERAÇÕES						
Oper. de Reporte						
Oper. de Empréstimo						
...						

Nota 9 – Impostos e Taxas

Os impostos suportados pelo fundo durante o exercício de 2018 apresentam-se discriminados no quadro que se segue:

Código das Contas	Designação	Impostos 31-12-2015
74122	Imposto de Selo	2,78
74212	Imposto sobre Dividendos	10 696,58
	TOTAL	10 699,36

A rubrica 'Impostos sobre dividendos' refere-se a imposto retido nos países de origem, suportado nos dividendos recebidos de ações estrangeiras, após aplicação dos acordos de dupla tributação.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

O quadro que se apresenta de seguida evidencia as posições cambiais em aberto nas diversas moedas, à data de 31 de dezembro de 2018:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global (1)
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções	Total	
GBP	1 363 631,42	1 398 390,00				1 398 390,00	2 762 021,42
USD	308 367,95						308 367,95
CHF	6 204,01						6 204,01
JPY	4 436 292,00						4 436 292,00
Contra valor €	1 827 907,57	1 556 499,19				1 556 499,19	3 384 406,76

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)
 (1) É constituída pela soma aritmética das posições cambiais à vista, a prazo e em opções

Cotações utilizadas na conversão para euros dos ativos expressos em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2018 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, obtidas no sistema de informação Bloomberg, para conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira:

- ✓ GBP = 0,89842
- ✓ USD = 1,14520
- ✓ CHF = 1,12557
- ✓ JPY = 125,62000

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

Maturidades ⁽¹⁾	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo ⁽²⁾
		FRA ⁽³⁾	Swaps (IRS) ⁽³⁾	Futuros ⁽⁴⁾	Opções ⁽⁵⁾	
de 0 a 1 ano	13 795 413,78					13 795 413,78
de 1 a 3 anos	1 109 885,75					1 109 885,75
de 3 a 5 anos	9 432 966,79					9 432 966,79
de 5 a 7 anos	17 323 499,66					17 323 499,66
mais de 7 anos	54 068 040,43					54 068 040,43

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)

(1) Todos os escalões de prazos devem ser entendidos como o prazo remanescente até ao vencimento. Engloba todos os ativos do património do fundo cujas operações subjacentes terminam com característica um cupão com taxa fixa.

(2) Representa o saldo dos ativos do património do fundo com sensibilidade às flutuações da taxa de juro, isto é, os ativos sem cobertura de risco por operações extrapatrimoniais, bem como a eventual exposição adicional decorrente da utilização de instrumentos derivados com esse propósito

(3) Pelo valor inscrito em contas extrapatrimoniais.

(4) Pelo valor de referência.

(5) Pelo delta da opção.

Nota 13 – Exposição ao Risco de Cotação

Ações e Valores Similares	Montante	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros ⁽¹⁾	Opções ⁽²⁾	
Ações	8 711 790,55			8 711 790,55
Warrants				

As posições compradas devem evidenciar o sinal (+) e as posições vendidas o sinal (-)

(1) Pelo preço de referência.

(2) Pelo delta da opção.

Nota 14 – Perdas Potenciais

	Perda Potencial no Final do Exercício	Perda Potencial no Final do Exercício Anterior
Carteira Sem Derivados	3 489 199,63	981 352,94
Carteira Com Derivados	3 489 199,63	981 352,94

Nota 15 – Custos

O quadro abaixo reflete a estrutura de custos suportados pelo FCT durante o exercício de 2018:

Custos	Valor	% VLG ⁽¹⁾
Comissão de Gestão		
Componente Fixa	20 644,10	0,0105%
Componente Variável		
Comissão de Depósito	16 995,61	0,0087%
Taxa de Supervisão		
Custos de Auditoria	14 760,00	0,0075%
Outros Custos	473 151,55	0,2414%
TOTAL	525 551,26	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)		0,2682%

Nos termos do artigo 8º da Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro, o pagamento das entregas aos Fundos de Compensação é efetuado na rede multibanco ou por via eletrónica, através de *homebanking* (nº 1), designadamente através da emissão de documento de pagamento que contém a identificação da referência multibanco a utilizar pelos empregadores com vista à liquidação das suas responsabilidades (nº 2).

De acordo com o estabelecido no nº 7 do artigo 11º do regulamento de gestão do FCT (regulamento 390-B/2013, de 14 de outubro), cabe ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) a coleta das entregas devidas pelos empregadores ao FCT, procedendo todas as quintas-feiras ou dia útil imediatamente anterior à transferência dos montantes cobrados. Idêntica disposição consta do regulamento de gestão do FGCT (regulamento 390-A/2013, de 14 de outubro).

Para este efeito, o IGFSS celebrou os necessários protocolos com entidades bancárias no âmbito dos quais foram negociados os custos associados à emissão e utilização das referências multibanco.

Tendo em conta a dimensão dos custos com as cobranças das entregas ao FCT, foi proposta pela entidade gestora uma alteração ao regulamento de gestão do fundo no sentido de passar a constituir receita deste o valor das despesas administrativas cobradas aos empregadores por pagamento intempestivo das entregas, proposta que foi aprovada. O regulamento de gestão viria a ser alterado em 27.06.2017, afetando ao fundo a receita proveniente das despesas administrativas cobradas aos empregadores.

Para cobertura dos custos com a cobrança das entregas aos empregadores, foi constituída uma provisão que, a 31.12.2018, ascendia a 1 178 379,83€. Os custos de cobrança suportados pelo IGFSS por conta do FCT, acumulados àquela data, representavam 1 164 708,88€.

Nota Adicional – Terceiros

No final do exercício de 2018, a conta da classe 4 ‘Terceiros’ apresentava os saldos evidenciados na tabela abaixo.

DÍVIDAS DE TERCEIROS – Curto Prazo			
Contas	Designação	2018	2017
4121	IGFSS valores a receber	204 476,05	138 558,18
4131	Empregador	22 464 789,00	9 400 123,29
4181	Operações em mercado		
41931	Dividendos	15 198,59	
41932	Imposto a recuperar	1 995,61	544,60
4199111	Entidade gestora	875 497,33	485 255,14
4199121	FGCT	0,00	924,33
41	Total de Devedores	23 561 956,58	10 025 405,54

O valor inscrito na conta 4131, em 2017 é líquido de créditos dos empregadores sobre o FCT, originados por alterações aos contratos de trabalho efetuados pelos empregadores com impacto em pagamentos efetuados no passado. A 31.12.2017, o montante desses créditos correspondia a 1 299 654,46€.

O valor inscrito naquela conta em 2018 não vem deduzido de tais créditos, que passam a ser devidamente evidenciados no balanço. O seu valor correspondia, no final do exercício, a 1 776 513,94€.

DÍVIDAS A TERCEIROS – Curto Prazo			
Contas	Designação	2018	2017
4131	Empregadores	1 776 513,94	
423	Comissões a Pagar	1 602,65	1 221,16
428	Operações de regularização de compra	256 960,87	
42991	Entidade Gestora	98 733,10	99 601,89
42412	Dividendos	2 279,79	
42992	Auditoria e certificação legal de contas	2 460,00	1 230,00
12193	Reembolsos em Trânsito		
42	Total de Credores	2 138 550,35	102 053,05

Nos termos do nº 1 do artigo 34º da Lei 70/2013, de 30 de agosto, o empregador tem direito ao reembolso do saldo da conta de registo individualizado em qualquer caso de cessação do contrato de trabalho.

O reembolso é efetuado unicamente mediante solicitação do empregador na página eletrónica dos fundos de compensação. A aplicação informática de suporte não permite ainda o controlo da existência de contratos cessados sem pedidos de reembolso inseridos, existindo a este respeito apenas informação de carácter estatístico.

No final de 2018 havia contratos cessados no sistema e para os quais não haviam sido inseridos os respetivos pedidos de reembolso, num valor total estimado superior a 40 milhões de euros.